

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º 4.449, DE 1998

(Apensos os PLs 2.437/00, 5.880/01, 6.562/02, 6.569/02, 305/03 e 523/03)

Dispõe sobre a proteção, pelo Estado, de vítima ou testemunha de crime, e dá outras providências.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado BISPO RODRIGUES

I - RELATÓRIO

O presente projeto de lei tem por objetivo estabelecer medidas de proteção às vítimas e testemunhas de crimes, medidas essas que devem ser requeridas pela polícia judiciária ou pelo Ministério Público à autoridade judiciária durante o processo criminal.

A proposta de proteção inclui, dentre outras, as medidas de vigilância e proteção policial na moradia e local de trabalho, mudança de domicílio, preservação de sigilo de identidade e dados pessoais durante a instrução criminal e após o processo criminal, mudança de identidade, assistência social e econômica por tempo determinado enquanto o protegido, por motivo de segurança, ficar impossibilitado de desenvolver seu trabalho.

A essa proposição foram apensados os seguintes projetos:

PL 2.437, de 2000; do então Deputado Germano Rigotto, e **PL 305, de 2003,** do Deputado Pompeo de Mattos, acrescentando, ambos, parágrafo único ao art. 217 do CPP, para permitir que testemunhas ameaçadas prestem depoimento por videoconferência;

PL 5.880, de 2001, do então Deputado Nilmário Miranda e **PL 523, de 2003**, do Deputado Pompeo de Mattos, que, de redação idênticas, incluem capítulo na Lei n.º 9.807 de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, para conceder medidas especiais de proteção integral e assistência ao adolescente de 12 a 18 anos que esteja sofrendo ameaça ou risco de vida, iminente ou potencial, em razão de não mais integrar, colaborar ou participar de organizações criminosas;

PL 6.562, de 2002, do então Deputado José Carlos Coutinho, que acrescenta dispositivo no Código de Processo Penal determinando que nos crimes considerados hediondos e no tráfico ilícito de entorpecentes o ofendido e as testemunhas só sejam ouvidos após a retirada do réu da sala de audiências, devendo nos autos, constar apenas suas iniciais e o número da identidade no registro geral;

Finalmente, o **PL 6.569, de 2002**, também do então Deputado José Carlos Coutinho, que concede ao Procurador-Geral da República e aos Procuradores-Gerais de Justiça o poder de determinar medidas de proteção a testemunhas e vítimas;

Cabe a esta CCJR pronunciar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, nos termos regimentais.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Os projetos de lei em apreço atendem aos pressupostos de constitucionalidade relativos à competência da União (art. 22 da CF), ao processo legislativo (art. 59 da CF) e à legitimidade de iniciativa (art. 61 da CF).

Todas as proposições foram apresentadas na forma regimental adequada, inexistindo reparos a serem feitos quanto à juridicidade e atendem aos principais requisitos da boa técnica legislativa, ressalvada alguma melhora redacional, a que me refiro ao final.

Como visto do relatório, o projeto de autoria do Senado Federal foi apresentado antes do advento da Lei n.º 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas; institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal. Os demais projetos a ele apensados foram apresentados após a entrada em vigor da referida norma.

Do cotejo acurado entre a Lei n.º 9.807/99 e o PL 4.449/98, do Senado Federal, verifica-se que a lei em vigor abrange os aspectos tratados pelo projeto, fazendo-o, inclusive, de maneira mais detalhada. O programa de proteção às vítimas não só já existe como também já se encontra regulamentado pelo Decreto n.º 3.518 de 20 de junho de 2000 que, além do Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, dispõe também sobre o Serviço de Proteção ao Depoente Especial, consistente na prestação de medidas de proteção assecuratórias da integridade física e psicológica de depoente especial, aplicadas isoladas ou cumulativamente, consoante as especificidades de cada situação.

Ressalte-se que o decreto regulamentador, em seu art. 16 determina que os deslocamentos de pessoas protegidas para o cumprimento de atos decorrentes da investigação ou do processo criminal, assim como para compromissos que impliquem exposição pública, sejam precedidos das providências necessárias à proteção, incluindo, conforme o caso, escolta policial, uso de colete à prova de balas, disfarces e outros artifícios capazes de dificultar sua identificação.

Em razão desses motivos, voto pela rejeição do PL n.º 4.449/98.

Os PLs 2.437/00 e 305/03, que acrescentam parágrafo único ao art. 217 do CPP, para permitir que testemunhas ameaçadas prestem depoimento por videoconferência, apesar de não estarem de acordo com os preceitos da LC 95/98, trazem a inovação do depoimento por meio telemático para as testemunhas. Esta Comissão já aprovou projeto semelhante que, todavia, permite esse tipo de meio apenas para o interrogatório do acusado (PL 1.233-A,

do ilustre Deputado Luiz Antonio Fleury, que ora encontra-se pronto para a Ordem do Dia).

Penso que esse modo de colheita de depoimento grande contribuição trará para o processo penal, razão pela qual voto por sua aprovação, na forma do substitutivo que apresento.

Quanto aos PLs 5.880/01 e 523/03, é preciso dizer que a proteção ao adolescente em situação de risco em decorrência de não mais participar ou contribuir com organizações criminosas é tema constante das entidades e instituições de defesa dos direitos da criança e do adolescente, razão pela qual penso que devem ser aprovados. Como a técnica legislativa de tais projetos não está de acordo com os preceitos da LC 95/98, e ainda por crer que não há necessidade de instituir-se outro capítulo em lei tão curta, incluo-o em meu substitutivo.

Quanto ao PL 6.562/02, propõe seu autor que nos crimes considerados hediondos e no tráfico ilícito de entorpecentes, o réu seja retirado da sala de audiência durante a oitiva do ofendido e do depoimento das testemunhas. É de se lembrar, contudo, que há crimes, como no tráfico ilícito de entorpecentes e na grande maioria dos crimes considerados hediondos, por exemplo, que não há ofendido, ou porque ele está morto ou porque o ofendido é o próprio Estado, que teve suas leis violadas.

Por outro lado, o art. 217 do Código de Processo Penal já possibilita ao juiz a retirada do réu quando, por sua atitude, o magistrado verificar que pode influir sobre o ânimo da testemunha.

Quanto às limitações sobre a identificação das testemunhas, penso já estar suficientemente atendida pela Lei n.º 9.807/99, que institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas, razão pela qual voto pela rejeição do projeto.

Finalmente, quanto ao PL 6.569/02, também voto por sua rejeição, uma vez que dá poderes ao Procurador-Geral da República e aos Procuradores-Gerais de Justiça para determinar medidas de proteção a testemunhas. A Lei n.º 9.807/99 concede ao representante do Ministério Público a faculdade de solicitar o ingresso de quem entenda necessário no programa, concedendo ao Conselho Deliberativo o poder de ingresso ou exclusão de

protegido no programa. Foge pois, à sistemática adotada sem nenhuma vantagem adicional.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos PLs. 4.449/98, 2.437/00, 5.880/01, 6.562/02, 6.569/02, 305/03 e 523/03; e no mérito, pela rejeição dos PLs 4.449/98, 6.562/02 e 6.569/02; e pela aprovação dos PLs 2.437/00, 305/03, 5.880/01 e 523/03, nos termos do substitutivo que apresento.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado BISPO RODRIGUES
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 2.437, DE 2000

Acrescenta dispositivo no CPP para possibilitar o depoimento de testemunha através de videoconferência e acrescenta dispositivo na Lei n.º 9.807/99 para incluir normas de proteção e assistência a vítimas adolescentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei permite o depoimento de testemunha através de videoconferência e concede medidas especiais de proteção integral e assistência ao adolescente.

Art. 2º O art. 217 do Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 217.
Havendo sido ameaçada a testemunha ou estando ela em programa especial de proteção a vítimas e testemunhas, poderá prestar depoimento a distância, por meio telemático que forneça som e imagem ao vivo. (NR)”

Art. 3º A Lei n.º 9.807, de 13 de julho de 1999, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 12-A:

“Art. 12-A. Serão concedidas medidas especiais de proteção

integral e assistência ao adolescente com idade entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos, que esteja sofrendo ameaça ou risco de vida, iminente ou potencial, em razão de não mais integrar, colaborar ou participar de organizações criminosas.

§ 1º. As medidas especiais abrangem, sem detrimento dos demais direitos e garantias:

I – orientação e assistência social, médica e psicológica;

II – acesso a estabelecimento oficial de ensino e à profissionalização;

III – abrigo para o adolescente e seus responsáveis;

IV – acesso a atividades pedagógicas;

V – inclusão em programa oficial de apoio social, comunitário e financeiro;

VI – acesso a atividades culturais, esportivas e de lazer;

VII – garantia de vestuário e alimentação suficientes e adequados.

§ 2º. Além das pessoas estabelecidas no art. 5º desta Lei, poderá também solicitar o ingresso do adolescente no programa o órgão estadual ou municipal de defesa e proteção dos direitos da criança e do adolescente.

§ 3º. O ingresso no programa bem como a concessão de medidas de assistência e proteção terão a anuência do adolescente e de seu representante legal.”

Art. 4. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado BISPO RODRIGUES

Relator